

ENERGIA RENOVÁVEL E MERCADO DE CRÉDITO DE CARBONO

Autor: Paulo Fernando Minotti

Orientador: Prof. Dr. Ademir Antonio Ferreira

Para atingir o objetivo explícito de reduzir ou pelo menos estabilizar a concentração de gases do efeito estufa (GEE) na atmosfera do planeta e propor medidas para reduzir as ameaças e os efeitos nocivos das alterações climáticas, a Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima – UNFCCC (*United Nations Framework Convention on Climate Change*) – não só procurou reforçar o trabalho do grupo internacional dos estudos científicos existentes sobre o tema no Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima – IPCC –, mas iniciou um processo de reuniões regulares entre os países signatários da Convenção para implementar medidas destinadas a reduzir as emissões de GEE e controlar os efeitos das mudanças climáticas no planeta. Na 3ª Conferência das Partes (países), realizada pela UNFCCC em dezembro de 1997, no Japão, o Protocolo de Quioto foi submetido à aprovação dos países como proposta concreta para iniciar o processo de estabilização das emissões de GEE. O conteúdo desse documento afirma que os países desenvolvidos reduziram suas emissões de GEE em 5,2% entre 2008 e 2012. Para auxiliá-los no cumprimento dessas metas e para não comprometer as economias desses países foi apresentado um mecanismo de flexibilidade. O protocolo previa que, caso fosse impossível atingir as metas de redução das emissões de GEE, os países poderiam comprar créditos de outras nações que conseguissem implementar algum grau de redução significativa em suas emissões. Surgiu, assim, o Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) e do Mercado de Créditos de Carbono. A indústria de cana no Brasil interessou-se pelo MDL e apresentou 28 projetos para validação pela UNFCCC em 2005. Todos os projetos consistiram no aumento da eficiência da unidade de cogeração de energia, utilizando bagaço de cana, o que ajudou a reduzir as emissões de GEE, o fornecimento de energia das usinas, autossuficiência e exportação do excedente. Os projetos submetidos à UNFCCC pela indústria da

cana são parte do grupo chamado de "Indústria de Energia", que corresponde a 52% dos projetos de MDL desenvolvidos no Brasil. O setor responde por 40% do total e já havia começado antes da vigência do Protocolo de Quioto, por razões de segurança energética da planta, uma vez que o país já estava sofrendo racionamento de energia, por causa da geração de energia insuficiente. O objetivo deste trabalho é obter um equilíbrio dos créditos de carbono obtidos e comercializados pelas usinas do setor sucroalcooleiro no Brasil, considerando-se que, em 2012, terminou o período de validação dos primeiros projetos apresentados em 2005. Este estudo foi desenvolvido com base na revisão de literatura, análise documental (impressa e internet) e dados secundários do governo e associações empresariais, instituições de pesquisa, universidades e agências de fomento à pesquisa. A fase inicial teve como objetivo reunir informações sobre a evolução da consciência e da implementação do sistema no nosso país. Após essa identificação ampla e abrangente do contexto em que o problema foi inserido, foram realizadas entrevistas com empresas de consultoria para projetos de MDL, com representantes de associações de produtores rurais e funcionários responsáveis pela gestão dos projetos nas usinas. Nessas entrevistas, procurou-se obter informações sobre os projetos apresentados, os benefícios e realizações de operações da empresa nesse mercado. A pesquisa foi capaz de identificar o volume de créditos de carbono obtidos em cada projeto aprovado pela UNFCCC e pelos países que se candidataram para absorvê-los. O volume de créditos negociados no mercado internacional pôde ser só parcialmente explicado, porque nem todas essas plantas têm consumado suas transações e a UNFCCC não realiza o monitoramento dessas negociações. O que pode ser dito é que, após uma apreciação inicial desses ativos, desde 2009, houve uma queda significativa no preço dos créditos de carbono, principalmente, por causa da crise financeira internacional e o declínio da atividade industrial, especialmente na Europa, que foi o principal comprador de créditos brasileiros. Assim, muitas plantas preferem crédito da loja para futuras transações em condições mais favoráveis. Essas informações factuais e objetivos, em termos de valor e quantidade, são analisados tendo em vista as respostas dos entrevistados nas usinas e empresas de consultoria que desenvolveram projetos de MDL.